

AGRICULTURA URBANA: UMA ANÁLISE QUALITATIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO IDEALIZADAS PELA 'ADMINISTRAÇÃO POPULAR' DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS.

Nádia Pötter dos Santos¹

Email: nadiapt2001@yahoo.com.br

Vivien Diesel e Hugo Vela²

Este trabalho tem por objetivos realizar uma análise crítica da elaboração, metodologia, instrumentalização e desenvolvimento de um projeto institucional, **“CINTURÃO PRODUTIVO, PRESERVANDO E ALIMENTANDO A CIDADE – A agricultura urbana como estratégia de Segurança Alimentar e gestão do uso do solo urbano”**, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do município de Santa Maria/RS.

METODOLOGIA

De acordo com o objetivo deste trabalho, se pretende que o produto final tenha uma natureza descritiva e interpretativa da realidade investigada, para tal optamos por uma metodologia qualitativa. Esta abordagem, normalmente é definida como uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções (Ludke & André, 1986). Também uma das perspectivas teóricas fundamentais que inspira a investigação qualitativa é a perspectiva da interpretação que valoriza a compreensão e a explicação. Neste estudo, procura-se compreender e interpretar os fenômenos ocorrentes na implantação e desenvolvimento (sucesso ou fracasso) de políticas públicas na sua complexidade.

Para identificar uma investigação qualitativa, Ludke & André (1986, p.11-12) consideram que esta deve assumir as cinco características seguintes: (a) a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal; (b) os dados recolhidos são na sua essência descritivos; (c) os investigadores qualitativos interessam-se mais pelos processos do que pelos resultados ou produtos; (d) os investigadores qualitativos tendem a analisar os dados de forma indutiva; e (e) é dada especial importância ao ponto de vista dos participantes. De maneira que, os dados forneceram as necessárias citações para ilustrar e substanciar a apresentação dos resultados.

Descrição da população e amostragem

O município de Santa Maria localiza-se na região central do estado do Rio grande do Sul/Brasil, possuindo aproximadamente uma população de 250.000 habitantes. Esta se apresenta constituída por uma fatia significativa de estudantes universitários e militares. Com mais de 90% da população residindo no meio urbano e uma taxa crescente de urbanização. O município é considerado

¹ Licenciada em Educ. Artística e Pedagogia, Espec. em Educação Ambiental, Mestranda em Extensão Rural/UFSM

² Orientadores: Drs, prof. adjuntos do curso de mestrado em Extensão Rural/UFSM

um pólo educacional através das universidades na formação de recursos humanos qualificados que podem atuar na promoção do desenvolvimento (humanos/tecnológica).

A análise e interpretação dos dados é um processo de compreensão e sistematização da informação recolhida através dos instrumentos utilizados. Ela permite não só uma melhor compreensão por parte do investigador do material recolhido, mas também uma forma de o organizar com o objetivo de responder às questões propostas. “O aspecto mais importante deste tipo de análise é a preocupação constante com as condições de produção e de apreensão de significados” (Cortes, 1998, 37).

Os instrumentos utilizados para a coleta de informações foram a entrevista semi-estruturada e aberta, onde foram entrevistados a técnica responsável pelo desenvolvimento do projeto e colaboradores diretos do programa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto foi gestado no Fórum Social Mundial de 2002, onde integrantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia de Santa Maria, ouviram Ives Cabanis, coordenador para a América Latina do Programa de Gestão Urbana da Organização das Nações Unidas - PGU / ONU. Em Santa Maria, procuraram parceria junto à Prefeitura Municipal, firmando um convênio para desenvolver este projeto.

Esta idéia de desenvolvimento sustentável, que visa o desenvolvimento do indivíduo em seus aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais, veio ao encontro das políticas municipais da administração pública e também ao encontro das macro-políticas governamentais para o combate a fome e a miséria no país.

O projeto foi inscrito no Ministério de Segurança Alimentar, e foi o primeiro no país a ser aprovado pelo governo federal, que disponibilizou R\$71.000,00 para sua execução. A prefeitura de Santa Maria se dispôs a disponibilizar R\$19.000,00 em assistência técnica.

O projeto tem por objetivos combater a fome e a pobreza através da inclusão social da população alvo, a partir de um planejamento sustentável que promova e estimule a organização e a participação popular, geração de trabalho e renda, produção de alimentos saudáveis e de baixo custo, sensibilizar e incentivar a comunidade local para a atividade produtiva, capacitar em habilidades básicas e de gestão para o desenvolvimento destas atividades. Também visa desenvolver atividades de pesquisa e disseminação da agricultura urbana, e estimular a agregação do valor ao produto comercializado.

Paulo Freire (1992), justifica a preocupação com a desumanização dos homens que os leva a perder a sua liberdade, criatividade, enfim a sua vocação de ser mais, reduzindo-os a simples objetos ou coisas. Este projeto visa estimular a emancipação dos setores sociais desfavorecidos, promovendo humanização, desalienação e afirmação dos homens como seres para si.

A área de abrangência do projeto foi diagnosticada através de dados existentes na prefeitura municipal, que detectou 28 bolsões de miséria na cidade, sendo que o projeto piloto beneficiará nove comunidades existentes nestas áreas, nas quais são beneficiadas 110 famílias, em torno de 600 pessoas, numa área total de 5,5 Ha. A seleção destas famílias foi realizada pela comunidade, a coordenação do projeto distribuía formulários e a própria comunidade preenchia e realizava a seleção das famílias contempladas.

O caráter seletivo e arbitrário de seleção, registrado no projeto, que não contempla todas as famílias interessadas em participar, pois existe um número pré-determinado de famílias por região, por ser um projeto piloto, e também pela obrigatoriedade das famílias estarem cadastradas pela Rede de Solidariedade, ou organizadas pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia, ou famílias dos núcleos de áreas potenciais para desenvolver a agricultura urbana, cadastradas pelo Plano Diretor; excluindo as demais famílias, segundo informantes, não se verifica, estando o mesmo aberto para todas as famílias interessadas.

O projeto em sua essência é de caráter participativo, onde o extensionista deve entender o público como sujeito participante e modificador da história, respeitando e potencializando sua cultura e seus conhecimentos, favorecendo a ação participativa da comunidade, em detrimento ao paternalismo e as soluções pré-determinadas e impostas. Embora o programa baseie-se na formação continuada de seus agentes, na comunicação como forma de educação, na sua prática, torna-se em alguns momentos difusionista, por alguns aspetos, tais como, o projeto de capacitação, o qual foi terceirizado.

Podemos observar a forte influência de um modelo extensionista difusionista preocupado com a execução de ações, utilização de técnicas e aparatos como cartilhas, folders e polígrafos, obedecendo a uma metodologia estabelecida em programa ou projeto que se caracterizam por uma transferência de conhecimento e não uma construção participativa e dialética do conhecimento. A utilização de cartilhas e polígrafos como metodologia, impossibilita a adequação das técnicas aplicadas com a realidade da comunidade. De acordo com Paulo Freire, (1997, p. 52) o educador deve; “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção.”

A metodologia das ações de sensibilização realizada não foi definida no projeto, porém, segundo informantes qualificados, que conhecem a prática do projeto, houve falhas nesta fase, pois não houve uma motivação e sensibilização para o trabalho em conjunto, visto que, a experiência que tem obtido melhores resultados é na comunidade da Santa Marta, por já terem vivenciado várias experiências associativas. Nas demais comunidades, os técnicos encontram dificuldades em vencer o individualismo das famílias, o que ocasiona a falta de ações cooperativas.

De acordo com Brose (2001), na metodologia participativa, enquanto técnicos com a formação fragmentada que tivemos, a pesquisa tem muitas vezes objetivos construídos fora do ambiente de

trabalho do agricultor, acontecendo então um desencontro de visões da realidade e da verdadeira necessidade do agricultor. Neste sentido, há uma necessidade de flexibilizar os limites entre as diferentes visões de mundo para que o diálogo tenha o papel de construir conhecimento de forma democrática.

Consideramos que os orçamentos das “ações complementares” para a efetivação do projeto; foram superestimados, o que colaborou no sentido de elevar os custos totais do projeto. Também não há uma sintonia de informações a respeito do orçamento deste projeto, visto que encontra-se escrito no mesmo um orçamento total de R\$142.626,00, e o técnico responsável por nos instrumentalizar sobre o projeto, afirma que o orçamento total é de R\$90.000,00.

A inviabilidade deste projeto tem se verificado devido aos entraves burocráticos e a falta de recursos financeiros, que não têm sido repassados pelas instituições competentes, o que tem proporcionado a gradativa desmotivação das associações comunitárias, dos estagiários, das famílias envolvidas e das ações de sensibilização que já haviam sido alcançadas. Não houve nem mesmo o repasse das bolsas dos estagiários participantes do projeto.

Outro entrave para o processo é a necessidade de uma grande e bem capacitada equipe técnica, para assessorar de maneira eficiente as famílias produtoras das hortas comunitárias, o que não tem se verificado, pois a Secretaria de Desenvolvimento Rural parece não dispor de recursos humanos suficientes para operacionalizar o projeto. A SDR, também, não possui autonomia para gerenciar o projeto, pois necessita do apoio de outras secretarias como a de Viação e Transportes, que não possui vínculos de interesse com o projeto, o que dificulta o fluxo das ações.

O projeto tem caráter institucional, pois possui vários parceiros vinculados, como; UFSM, EMATER, MNLM/Brasil, SAEMA e CRESOL, que deveriam participar de todas as instâncias do mesmo, no entanto, esta interinstitucionalidade não tem se verificado.

BIBLIOGRAFIA

BROSE, Markus (org.) **Metodologia Participativa**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

Censo Demográfico. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Brasil, 2000.

CORTES, S. M. V. **Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados**. In: Pesquisa Social Empírica: métodos e técnicas. Cadernos de Sociologia/ Programa Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre: PPGS/UFRGS. v.9, p. 11-47, 1998.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 10º ed, 1992.

____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1956/1997.

LUDKE, M & ANDRE; M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

QUEDA, O. A **Extensão Rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola**. Piracicaba: Escala. 1987.